



Responsible Editor: Rodrigo de Souza Gonçalves
Andrea de Oliveira Gonçalves
Associate Editor: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia
Evaluation Process: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Capacidade Estatal: Bibliometria das Publicações entre 2009-2019

RESUMO

Objetivo: No final da década de 1980, os atributos do Estado eram vistos como requisitos fundamentais de qualidade de vida, constituindo sua Capacidade Estatal. Por meio de análises das pesquisas sobre o tema, é possível compreender melhor como os estudos têm se desenvolvido. O objetivo deste trabalho foi conhecer o panorama das publicações acerca da temática Capacidade Estatal, entre 2009-2019, nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Método: Considerando as publicações entre o período 2009-2019, foi realizada a bibliometria/cientometria em oito etapas de análises, definindo e identificando: base de dados, filtros de busca, autores e termos mais citados, referências, cooperação entre autores, local das pesquisas e surgimento de novos termos. Também foi utilizado o *web-base app Bibliometrix* para ampliar a análise.

Originalidade/Relevância: Combina tanto os aspectos quantitativos das publicações que tratam a temática Capacidade Estatal quanto os aspectos de conteúdo, buscando uma análise abrangente sob a lógica de múltiplos paradigmas.

Resultados: Foi possível identificar sete categorias de estudos em áreas específicas da Capacidade Estatal. As análises mostram que a temática está em desenvolvimento, havendo multiplicidade de conceitos e abordagens, assim como surgimento de novas áreas como foco das pesquisas. Os estudos convergem para uma perspectiva da capacidade do Estado como multidimensional, formada por (sub)capacidades, que representam as variadas possibilidades de ação do governo.

Contribuições teóricas/metodológicas: Mostra o foco principal (categorias) das pesquisas, os assuntos associados às propostas de estudo, os locais estudados, assim como as redes de colaboração e os fluxos de publicações dos autores.

Palavras-chave: Capacidade Estatal; multidimensional; bibliometria; cientometria.

How to Cite (APA)

Silva, R. G., Valadão Júnior, V. M., Silva, V. V., & Dantas, A. H. (2022). Capacidade Estatal: Bibliometria das Publicações entre 2009-2019. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 25 (1), 80-102. http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2022v25n1a5

Roseane Grossi Silva
Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
rosegrossi@yahoo.com.br

Valdir Machado Valadão Júnior
Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
valdirjr@ufu.br

Victor Vieira Silva
Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
silva.victor@aol.com

Alécio Henrique Dantas
Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
alecio@ufu.br

Recebido: Abril 1, 2021
Revisado: Janeiro 31, 2022
Aceito: Janeiro 31, 2022
Publicado: Abril 30, 2022



1 INTRODUÇÃO

A avaliação dentro de determinado campo de estudo permite engrandecer e trazer veracidade ao conhecimento quando métodos confiáveis e sistemáticos são utilizados. Esses métodos buscam mostrar como um saber específico tem se desenvolvido e de que forma tem contribuído para resolver os problemas no campo de estudo (Vanti, 2002).

Esta pesquisa se utiliza de métodos bibliométricos e cientométricos para entender o panorama das pesquisas no campo da Capacidade Estatal.

A busca por entender a qualidade de um governo tem se mostrado do interesse das sociedades e das ciências (ciência política, sociologia, economia, administração). No final da década de 1980, os atributos do Estado eram vistos como requisitos fundamentais de qualidade de vida, ainda que não suficientes. Esses atributos constituem a capacidade estatal que habilita o Estado a estabelecer seus objetivos, implementar ações e gerar resultados, derivados de diversos fatores, por exemplo, políticos, institucionais, administrativos, coercitivos, legais, fiscais, territoriais e técnicos (Cardoso & Marengo, 2019).

Nos anos de 1990, a importância do Estado para a construção da qualidade de vida passa a ser um tema relevante na gestão. Na atualidade, há um reconhecimento explícito do papel das instituições, entre elas, as estatais, para o desenvolvimento da sociedade (Besley & Persson, 2010; Marengo, Strohschoen, & Joner, 2017; Zurbriggen & Travieso, 2016).

Nesse sentido, como se apresentam as pesquisas que buscam entender, em algum nível, a capacidade do Estado? Conhecer esses estudos e seus resultados auxilia na compreensão dos avanços e dos limites, assim como pode propor novas pesquisas a partir de melhor compreensão dos elementos da capacidade Estatal.

Apreende-se, como ponto de partida, a Capacidade Estatal como sendo o conjunto de qualidades, competências e habilidades que o Estado precisa ter para ser capaz de governar e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos no exercício do governo (Gomide, 2016).

Nos estudos bibliométricos/cientométricos destaca-se o crescimento das pesquisas suportadas pela análise de conteúdo, principalmente, dos principais instrumentos bibliográficos (os resumos, por exemplo), os quais ampliam possibilidades de conhecer o desenvolvimento de determinadas áreas, o âmbito geográfico e os recortes relativos às subtemáticas (Bufrem & Prates, 2005).

Tem-se como propósito, a partir deste estudo, conhecer o panorama das publicações acerca da temática Capacidade Estatal, entre 2009-2019, nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Como foco principal, identificaram-se as categorias das pesquisas e os assuntos associados às propostas de estudo. Ainda, revelou-se a formação de novos temas e analisaram-se os locais estudados, as redes de colaboração e os fluxos de publicações dos autores.

Este artigo segue conforme indicado por Soares, Picolli e Casagrande (2018) para estudos bibliométricos: uma estrutura sistemática de estudo composta por introdução, seguida por revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão, encerrando com as considerações finais.

Oito etapas compõem a pesquisa, em uma fase quantitativa (etapas 1 a 4): definição das bases de dados, definição dos filtros de busca, *Bibliometrix*, ferramentas das bases de dados; e uma fase qualitativa (etapas 5 a 8): download dos artigos, seleção dos artigos de interesse, identificação das categorias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise da Capacidade Estatal: explorando o campo da ciência da informação

Com diversas formas de interferência interna, o Estado é participante fundamental da qualidade de vida da sociedade, ainda que permeado por influências externas (Gomes, Ferreira, & Amâncio, 2017). A função primordial do Estado é governar a partir do controle da alocação de recursos entre toda a sociedade, da criação de regras e operação das instituições, bem como do gerenciamento dos recursos simbólicos que constroem a base da legitimidade política na sociedade (Howlett & Ramesh, 2015). As capacidades do Estado podem ser amplamente caracterizadas pela preocupação com as habilidades e competências do Estado de estabelecer objetivos e de atingi-los (Pires & Gomide, 2016).

Muito tem se debatido sobre a importância e desempenho do Estado no desenvolvimento e na qualidade de vida, e na capacidade de prover os serviços necessários à população. Na literatura, tem sido recorrente questionar a associação entre os meios para construir a capacidade estatal e os resultados alcançados (Cingolani, Thomsson, & Crombrugghe, 2015; Marengo, 2017). As pesquisas surgem pelas inquietações em entender os objetivos e as diretrizes de atuação dos Estados, assim como avaliar suas ações, o potencial de realizações e os resultados alcançados.

Conforme Silva, Hayashi e Hayashi (2011), uma das possibilidades de estudar o avanço de determinado campo de estudo está associada a métodos que permitem medir a produtividade dos pesquisadores/grupos de pesquisa ou conhecer como determinada temática pode ter se originado, como tem sido abordada e como tem se desenvolvido.

Na Ciência da Informação, há possibilidades diversas de análises com extensa propagação de termos e técnicas quantificáveis. De acordo com Bufrem e Prates (2005) e Vanti (2002), essas técnicas podem ser subdivididas em bibliometria, cienciométrica, informetria e webometria. No geral, elas permitem: identificar tendências/crescimento do conhecimento na área; prever tendências de publicação; estudar dispersão/obsolescência da literatura científica; prever produtividade de autores/organizações/países; analisar processos de citação/cocitação; medir o crescimento de áreas e o surgimento de novas. A webometria, utiliza ferramentas bibliométricas e cientométricas para medir a informação na web. A informetria considera a informação em qualquer formato e grupo social. Araújo e Alvarenga (2011) complementam que quando a bibliometria tem por intenção analisar materiais e campos científicos, é denominada cienciométrica ou cientometria, em que a análise está amparada por técnicas estatísticas de verificação e tratamento de materiais/publicações, exclusivamente, científicos e tecnológicos.

A bibliometria, por sua vez, utiliza indicadores que buscam retratar o comportamento e o desenvolvimento de campos do conhecimento (Araújo & Alvarenga, 2011). O que diferencia as pesquisas bibliográficas da pesquisa bibliométrica é a forma como são mensuradas as informações que, no caso dessa última, deve compreender dados quantitativos (Soares et al., 2018; Vanti, 2002).

Ela (*bibliometry, bibliometrics*), de acordo com Spinak (1996, p. 34, tradução nossa), mencionando Pritchard, “é a aplicação de tratamentos quantitativos às propriedades do discurso escrito e seus comportamentos típicos”. Mais recentemente, Bufrem e Prates (2005, p. 11) associaram bibliometria “à medida voltada a qualquer tipo de documento”.

No campo da cientometria (*naukometriya, scientometry*), de acordo com Santos e Kobashi (2009), destaca-se Derek de Solla Price que, nos anos de 1960, utilizando as leis de Lotka, Bradford e Zipf, elaborou um modelo que integrou a bibliometria ao estudo da atividade científica a partir de leis cientométricas que deram aos estudos quantitativos novas

perspectivas: a atividade científica como algo dinâmico e que deveria incluir tanto os produtos da ciência quanto seus produtores. Conforme mencionado por Bufrem e Prates (2005, p. 13), “quando métodos quantitativos são utilizados para estudar as atividades científicas ou técnicas, do ponto de vista de sua produção ou comunicação, costuma-se denominá-los cientometria, a ciência da ciência”. De acordo com Spinak (1996) e Silva *et al.* (2011), cientometria refere-se à aplicação de técnicas bibliométricas à ciência. Araújo e Alvarenga (2011) complementam que é uma técnica quantitativa para analisar o comportamento/história da ciência.

Silva *et al.* (2011) e Spinak (1996) chamam a atenção para o fato de que nem a bibliometria nem a cientometria, são exclusivas da “medição”, mas números relativos e válidos apenas em um contexto de interpretação associado, primeiramente, a fenômeno subjetivo, correspondente ao recorte que se analisa no momento e no interesse das hipóteses que são estabelecidas.

Mesmo entre especialistas da área não são consensuais as terminologias utilizadas e os limites que demarcam cada denominação. O que conceitua a bibliometria e a cientometria é que a primeira tem como objetos de análise livros e revistas científicas associados à gestão de bibliotecas e bases dos dados; já a segunda técnica tem como objeto de análise a produção, a circulação e o consumo de produção científica associados à dinâmica da ciência como atividade social (Santos & Kobashi, 2009).

Conforme Silva *et al.* (2011) a bibliometria e a cientometria são passíveis de crítica, tanto pela utilização focada na abordagem quantitativa, quanto pela complexidade técnica em gerar e interpretar indicadores que necessitam de parcerias multidisciplinares no sentido de compartilhar conhecimento nas diversas áreas. Quanto às análises de citação, os autores ponderam que essas podem estar associadas ao que Price apresentou como processo de vantagens acumuladas (documentos que são inicialmente citados tendem a continuarem sendo citados). Nesse sentido, outros fatores (que não o valor da contribuição em si) podem estar interferindo nos resultados dos mais citados, tais como, associação às instituições que são mais reconhecidas ou a pesquisadores renomados.

De acordo com Santos e Kobashi (2009) uma análise multidimensional associada às técnicas que consideram palavras-chave de material bibliográfico tem sido a contribuição mais recente, sendo ela aplicada em conjunto com os métodos quantitativos. Corroborando, Silva *et al.* (2011) mencionam que as metodologias quantitativas têm sido ponto de partida de pesquisas para se conhecer o cenário da produção científica das áreas e, a partir disso, ultrapassando os dados quantitativos, as análises são associadas aos demais conhecimentos da área.

Posto esse referencial, pretende-se realizar, no presente artigo, uma análise das publicações sobre a temática Capacidade Estatal a partir de elementos da bibliometria e da cientometria. Diante da quantidade de informações a serem apresentadas, o objetivo está em conhecer o panorama (geral) das pesquisas e não aprofundar conteúdos específicos da temática e seus subtemas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo deste trabalho, foram combinados os aspectos quantitativos das publicações e os aspectos de conteúdo em busca de uma análise abrangente em oito etapas (Figura 1).

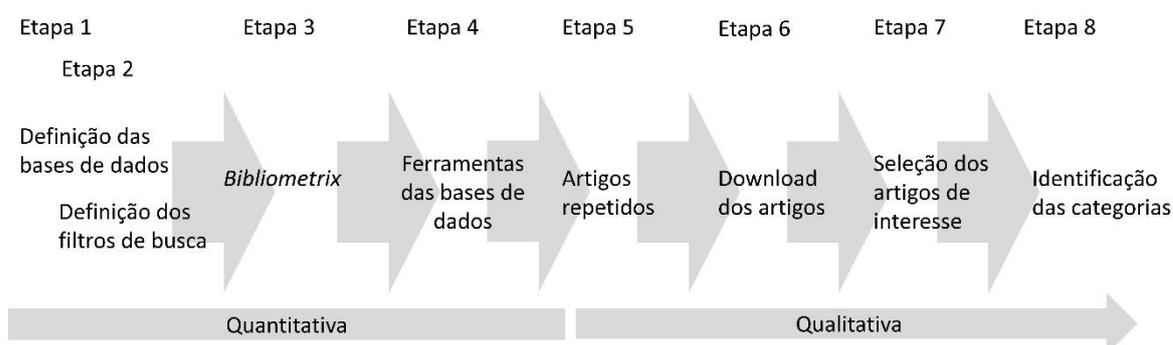


Figura 1. Roadmap da pesquisa

A Tabela 1, descreve cada uma das etapas.

Tabela 1

Etapas e descrição dos aspectos metodológicos

Etapa	Descrição
1 - Definição das bases de dados e termo de busca (sem filtros)	- <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> - “state capacity” (título, resumo e palavras-chave)
2 - Definição dos filtros de busca	- Período: 2009-2019; Tipo de documento: artigo; Área de conhecimento: Ciências Sociais
3 - Utilização da web-base app <i>Bibliometrix</i> (sem restrição de acesso) ⁱ	- Filtros (<i>Web of Science</i>): Base de dados: coleção principal do <i>Web of Science</i> ; Período: 2009-2019; Tipo de documento: artigo - Filtros (<i>Scopus</i>): Período: 2009-2019; Tipo de documento: artigo; Área de conhecimento: Ciências Sociais
4 - Análise a partir das ferramentas das próprias bases de dados (sem restrição de acesso)	- Filtros (<i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i>): Período: 2009-2019; Tipo de documento: artigo; Área de conhecimento: Ciências Sociais - Proporção associada às categorias, países/regiões estudados, publicações/ano, países e regiões de publicação
5 - Identificação dos artigos repetidos (acesso aberto)	- Filtros (<i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i>): Período: 2009-2019; Tipo de documento: artigo; Área de conhecimento: Ciências Sociais; Acesso: aberto - Comparação entre as bases dos títulos e autores
6 - Download dos artigos	- Conforme indicados na etapa anterior
7 - Seleção de artigos com base no tema de interesse	- A Capacidade Estatal foi abordada como temática principal do estudo
8 - Identificação das categorias	- Coercitiva; Construção da capacidade do Estado; Extrativa/ Fiscal; Regime Político; Funções do Estado; Teórico/ Conceitual; Burocrática/ Administrativa

Para escolha das bases de dados (Etapa 1), considerou-se que *Web of Science* é a mais antiga base de Ciências Sociais (Hurtado, Carpes, Inomata, & Rados, 2012), podendo ser a mais importante fonte de dados para análise bibliométrica (Van Leeuwen, 2006), contando com 4 coleções da áreaⁱⁱ. Já a base *Scopus* é a maior base de referências bibliográficas de literatura científicaⁱⁱⁱ.

Ainda na Etapa 1, a escolha do termo “state capacity”, em inglês, se deu por ser esse o idioma utilizado na maioria das publicações, ou seja, 90%^{iv}, além de ser utilizado em títulos, resumos e palavras-chave de publicações em outras línguas (espanhol, russo e português). Optou-se por utilizar apenas esse termo em virtude do resultado substancial de uma primeira busca. A Tabela 2 mostra o detalhamento quantitativo de cada etapa.

Tabela 2

Detalhamento quantitativo de trabalhos localizados/selecionados

Etapa	Total de trabalhos (geral)	Total de trabalhos (entre as bases)		
		<i>Web of Science</i>	<i>Scopus</i>	Coincidem (duas bases)
1	2.849 ^v	1.199	1.650	-
2	1.513 ^{vi}	803	710	-
3	1.527 ^{vii}	798	729	-
4	1.568 ^{viii}	839	729	-
5	242	167	75	-
6	200	125	33	42
7	74	44	10	20

Para definição dos filtros de busca, observou-se que, em 2010, as publicações subiram de 15 para 47^{ix} (*Scopus* – 3 vezes mais) e de 9 para 33⁶ (*Web of Science* – 4 vezes mais). De 2010 em diante, no mínimo, o número fica próximo de 50/ano, sendo esse comportamento semelhante nas duas bases. A partir do filtro do período 2009-2019, em 15/11/2019, foram realizados testes, observando-se desde local do termo de busca (título, resumo, palavras-chave) até permissão de acesso (aberto, restrito).

A partir desses testes, foi realizada a busca de forma sistemática, em 21/11/2019, e os filtros foram assim definidos (Etapa 2): documentos do tipo “artigo” (aproximadamente, 85%^x do total nas duas bases, por entender os periódicos como veículos significativos na divulgação de pesquisas); área de conhecimento, com a pré-leitura dos títulos e resumos. Verificou-se que os trabalhos abordavam o tema em áreas de conhecimento fora do escopo pretendido e, assim, optou-se por selecionar o filtro “Ciências Sociais” (86%⁷ do total nas duas bases). O último filtro foi aplicado na fase de análise de conteúdo para que fosse possível acessar os artigos em formato completo, “acesso aberto”, para leitura da introdução e análise de outros conteúdos (caso assim fosse necessário), conforme proposta deste estudo.

Na Etapa 3, foi utilizada a web-base app *Bibliometrix*^{xi} versão 3.6.1 (05/07/2019) que conta com ferramentas bibliométricas em nível de análise métrico (periódicos, autores e palavras dos documentos) e em nível estrutural (evolução de conceito, redes de autores e colaboração). A partir da criação de arquivos de dados extraídos das bases *Web of Science* e *Scopus*, foi possível conhecer um panorama mais amplo das publicações, considerando os 1.527 trabalhos localizados já que as bases e o web-base app permitem extração das informações de arquivos com acesso restrito.

Na quarta Etapa, foram utilizadas as ferramentas de análise das próprias bases. Assim, foi possível complementar o estudo e fazer um levantamento total dos artigos na área de Ciências Sociais, publicados nas duas bases, com informações de autores, produção e regiões.

Até esse ponto da análise, foi possível obter informações que permitem maior conhecimento do cenário dos estudos de Capacidade Estatal com a utilização de ferramentas das duas bases e do *Bibliometrix*: relação entre autores, referências e palavras-chave; colaboração entre autores; produção de autores ao longo do tempo; termos que mais aparecem nos documentos e em documentos referenciados; surgimento de novos temas; países/regiões de publicação; distribuição das publicações ao longo dos anos; e *journals* que mais publicam.

As etapas subsequentes consideraram a realização de análise de conteúdo dos artigos. Na etapa 5, utilizou-se o filtro acesso aberto e, dentre os 242 trabalhos localizados, foram identificados aqueles que coincidiam entre as bases (restando 200 artigos na análise). Ainda foi feito *download* dos artigos (Etapa 6) e realizada a leitura de título, palavras-chave, resumo e introdução de forma a selecionar aqueles que tratam o tema Capacidade Estatal (Etapa 7), conforme escopo pretendido neste estudo.

O conceito de capacidades estatais surgiu a partir dos estudos de sociologia política e economia política acerca das funções do Estado na promoção do desenvolvimento, até então,

com foco na área econômica. Nesse sentido, para a seleção dos trabalhos, consideraram-se aqueles que se referiam, em algum nível de menção, ao conceito de Capacidade Estatal, à efetividade do Estado, à compreensão das qualidades, competências e habilidades que o Estado deve ter para ser capaz de promover desenvolvimento (não apenas econômico), à identificação de tipos de capacidades do Estado e/ou suas consequências, à associação entre habilidade de implementar decisões e alcançar fins almejados pelo Estado (Gomide, 2016) e às evidências de aspectos/elementos que permitem aos governos atuarem conforme suas capacidades (ou incapacidades), permitindo (ou não) determinadas condições na formulação e implementação de políticas públicas (Gomes *et al.*, 2017).

Ressalta-se que a leitura se ateve ao título, palavras-chave, resumo e introdução dos 200 artigos, tendo sido alguns lidos na íntegra (conforme identificados no tópico “Referências”). Do total, 74 trabalhos apresentaram a temática de modo pronunciado, ou embasada teoricamente, ou como foco do estudo.

Na sequência (Etapa 8), foram determinadas as categorias de estudos dos trabalhos selecionados na etapa anterior. Nesse segundo momento da análise, foi possível conhecer categorias e palavras associadas aos estudos publicados, proporção associada às categorias e países/regiões estudados.

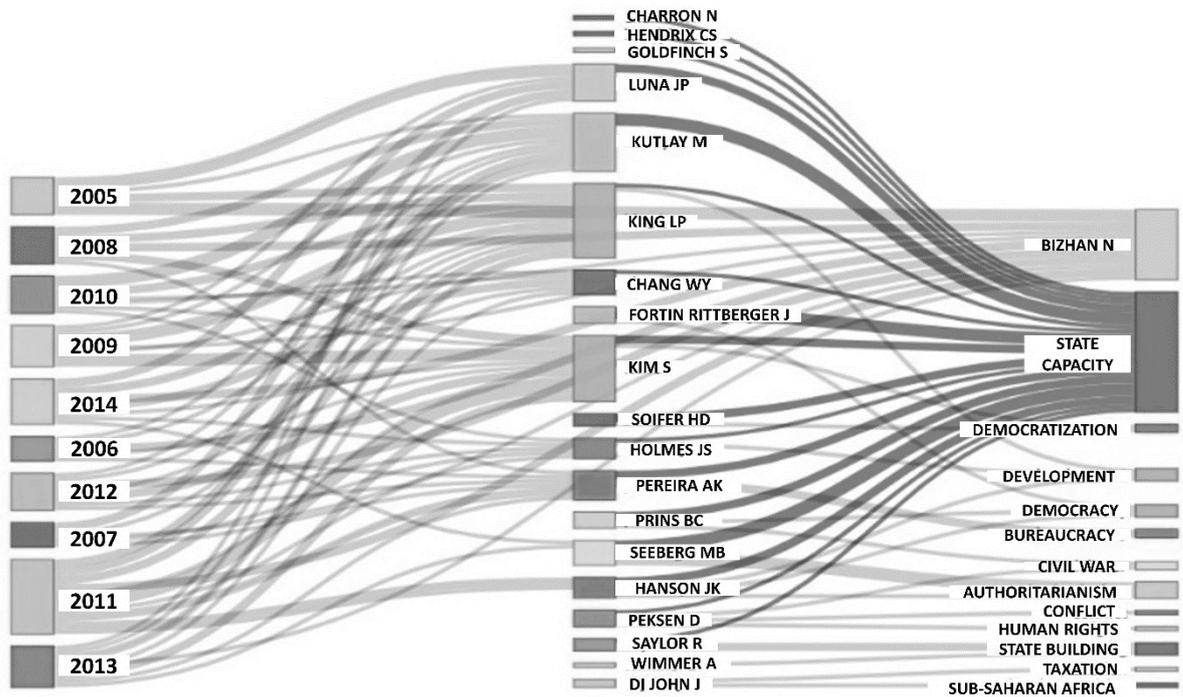
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O contexto mais abrangente da análise está associado às ferramentas do *Bibliometrix*, pois foram considerados todo o universo de artigos (acesso restrito e aberto) e as análises no âmbito métrico e de conteúdo. Nesse ponto, cabem duas observações técnicas: a primeira diz respeito às informações dos documentos (artigos) das bases de dados que foram extraídas separadamente e mantêm-se separadas na análise do *Bibliometrix*, logo, os dados são analisados e apresentados separadamente por base; a segunda se refere ao fato de que a *Web of Science* somente permite exportar até 500 documentos por vez, assim, haverá dois quadros de apresentação para a base (37% dos artigos, 2009-2015; 63% dos artigos, 2015-2019). Dessa forma, três blocos de análise serão identificados como: (a) *Scopus*; (b) *Web of Science* 2009-2015; e (c) *Web of Science* 2015-2019.

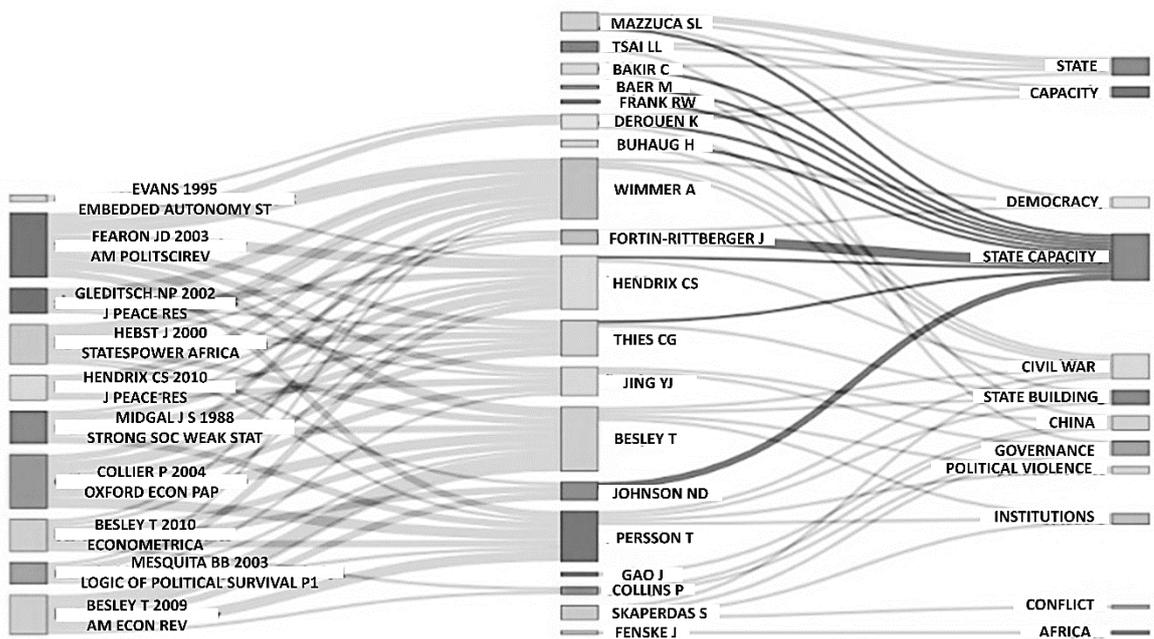
As primeiras análises mostram relações entre o conjunto de informações gerais dos artigos (gráfico de três campos). A Figura 2 apresenta as relações mais expressivas entre os 20 autores que mais publicaram (centro), as 10 referências que eles mais citaram (esquerda) e as 20 palavras-chave que mais apareceram (direita). A espessura das linhas e o tamanho das barras representam a quantidade de informações de cada fluxo.

Outro recurso de análise (Figura 3) permitiu conhecer os autores que mais se destacam, considerando o quanto foram citados (intensidade da cor nos círculos), o quanto publicaram (tamanho dos círculos) e como essas publicações ocorreram ao longo do período. É minoria os autores que apresentam fluxo contínuo de publicações no tempo ao longo de, pelo menos, 5 anos – 8(a), 7(b) e 4(c).

Foi possível também verificar a colaboração entre autores de países diferentes. A análise é feita, considerando o número de artigos nos quais, pelo menos, um coautor é de país diferente. Pode ser verificado ainda que a colaboração é reduzida, destacando Estados Unidos e Reino Unido, o que é semelhante nas três análises (a), (b) e (c), porém não significativa. Avaliando os resultados dos blocos (b) e (c), há queda na colaboração para as publicações do Brasil, Coréia, Chile e Grécia, mas há uma tendência de aumento para Estados Unidos e Reino Unido.



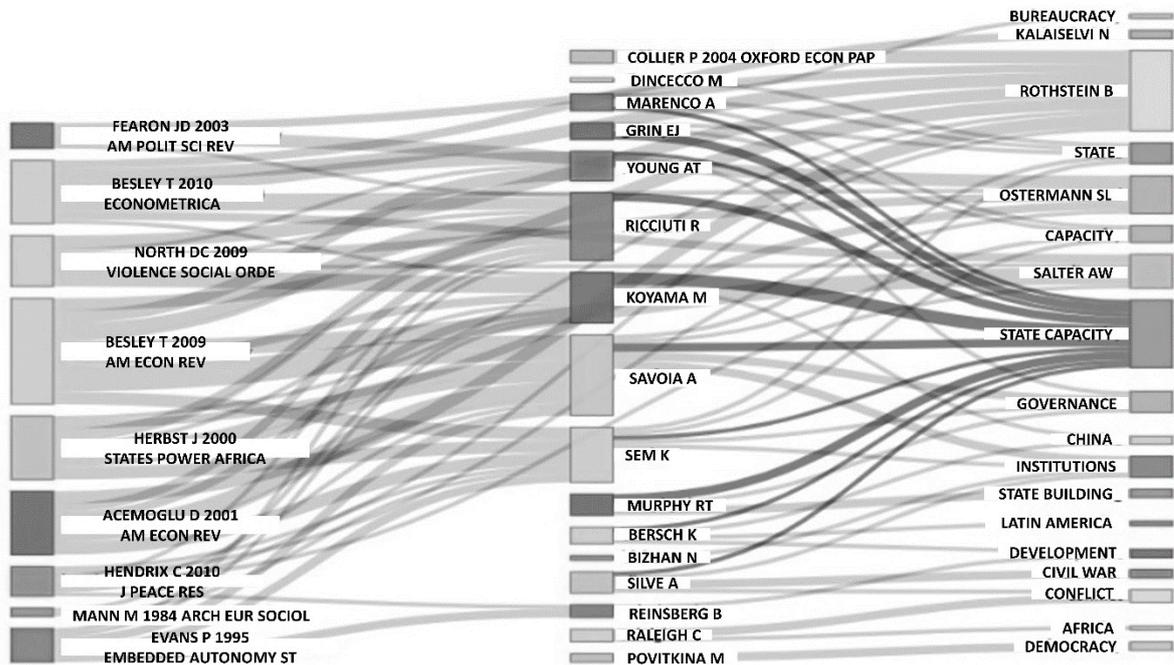
(a) Scopus



(b) Web of Science 2009-2015

Figura 2: Gráfico de três campos – Conjunto de dados

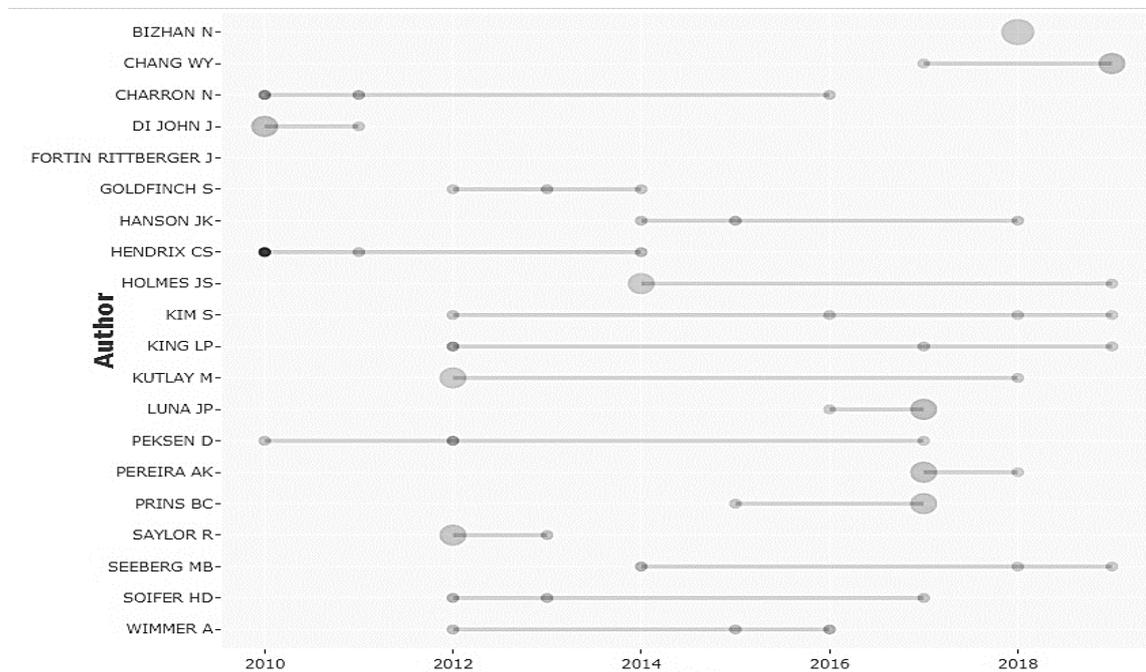
Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).



(c) Web of Science 2015-2019

Figura 2: Gráfico de três campos – Conjunto de dados

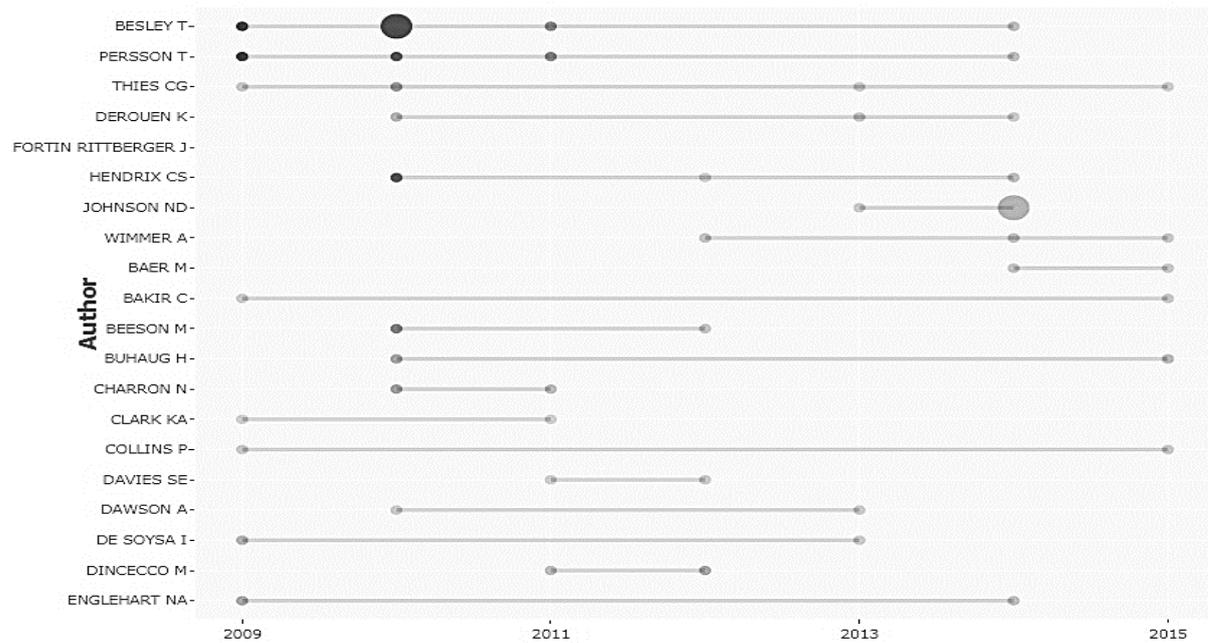
Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).



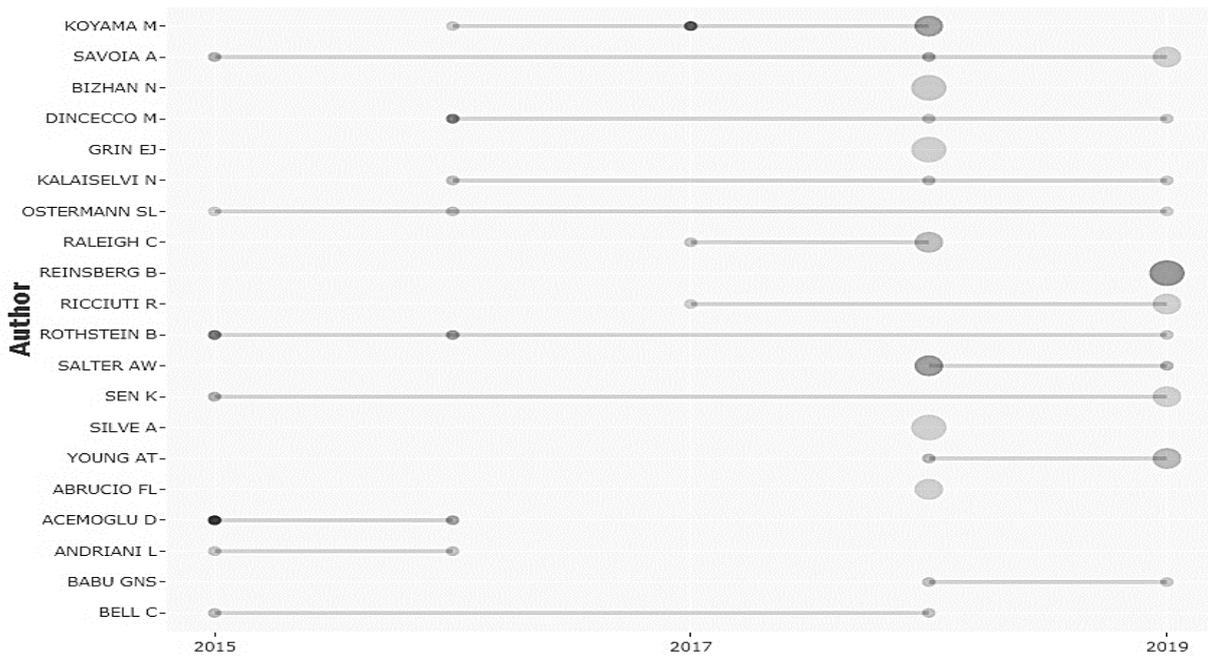
(a) Scopus

Figura 3: Produção ao longo do tempo

Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).



(b) Web of Science



(c) Web of Science

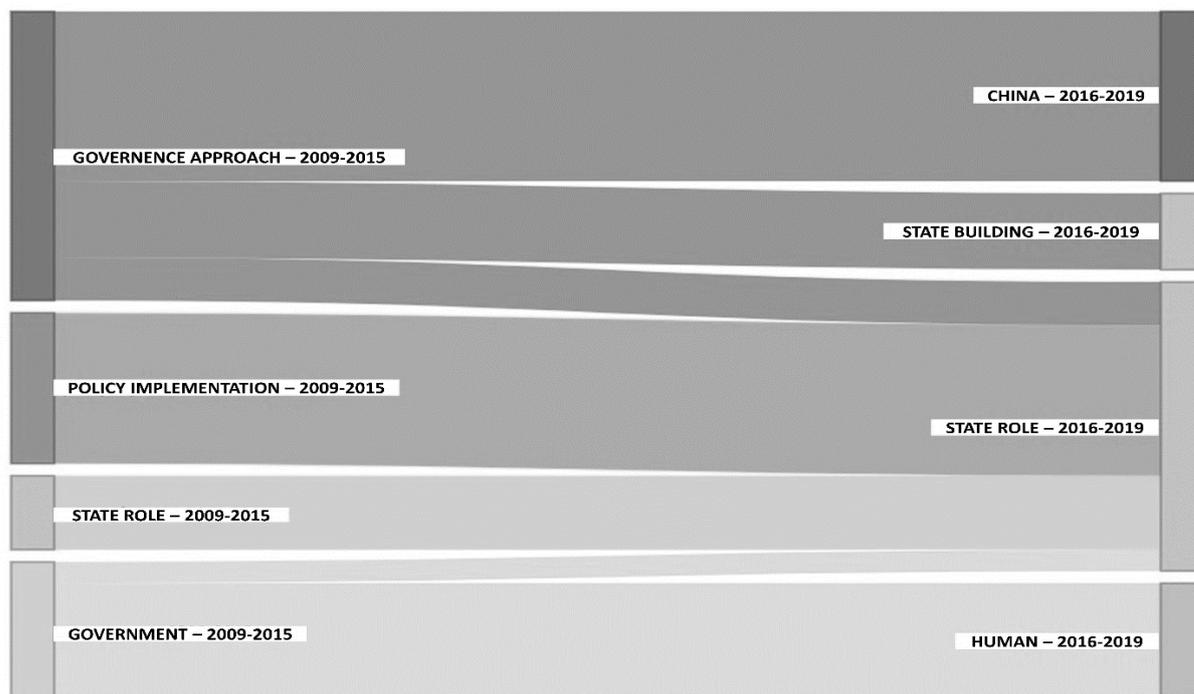
Figura 3: Produção ao longo do tempo

Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).

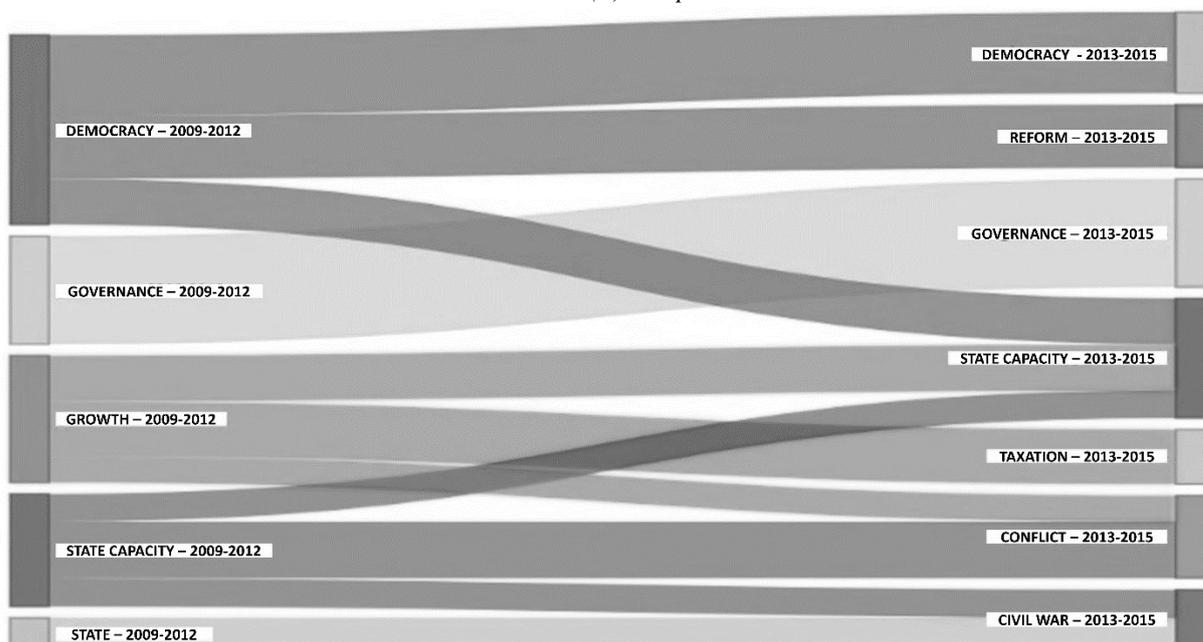
Em complemento, a análise na perspectiva de estrutura social (rede de colaboração) não identifica, para os três blocos (a), (b) e (c), a existência de rede(s) de colaboração. Apesar de tímidas formações de redes no bloco (c) (Babu, G. N. S.; Kalaiselv, N.; Mani, V.), (Ricciuti, R.; Savoia, A.; Sen, K.) e (b) (Clark, K A.; Farel, A. M.; Mayer, M.; Margolis, L. H.), os resultados para colaboração entre autores mostram que não há grupos regulares de autoria.

Outra ferramenta com foco na estrutura conceitual (mapa da evolução temática) propõe identificar visualmente o surgimento de novos temas a partir de temas anteriores,

considerando a ocorrência das palavras. Nessa análise, foram selecionadas 500 “palavras-chave plus”, ou seja, foram consideradas palavras que também aparecem nos títulos das referências citadas (Figura 4).



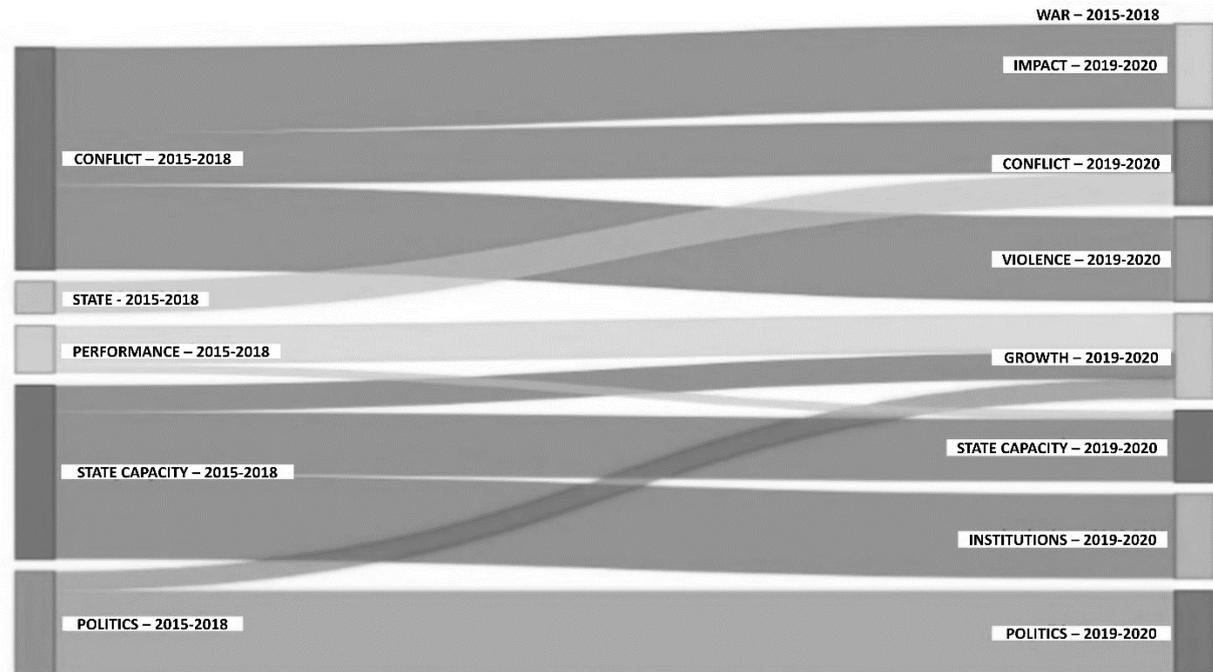
(a) Scopus



(b) Web of Science 2009-2015

Figura 4: Mapa da evolução temática – Estrutura Conceitual

Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).



(c) *Web of Science* 2015-2019

Figura 4: Mapa da evolução temática – Estrutura Conceitual

Fonte: Adaptado de web-base app Bibliometrix. (versão 3.6.1).

A nuvem de palavras (*word cloud*) é outra ferramenta do web-base app e indica os termos mais proeminentes presentes nos artigos. Quando selecionada para “palavras-chave plus” (artigos e títulos das citações) e os 50 termos que mais aparecem, os destaques são: (a) Papel do Estado, China, Construção do Estado; (b) Instituições, Política, Conflitos; (c) Democracia, Conflitos, Política (na ordem de destaque em que aparecem).

Para complementar o panorama das publicações, apresenta-se, a partir de ferramentas das próprias bases de dados, o comportamento das publicações por ano (Figura 5).

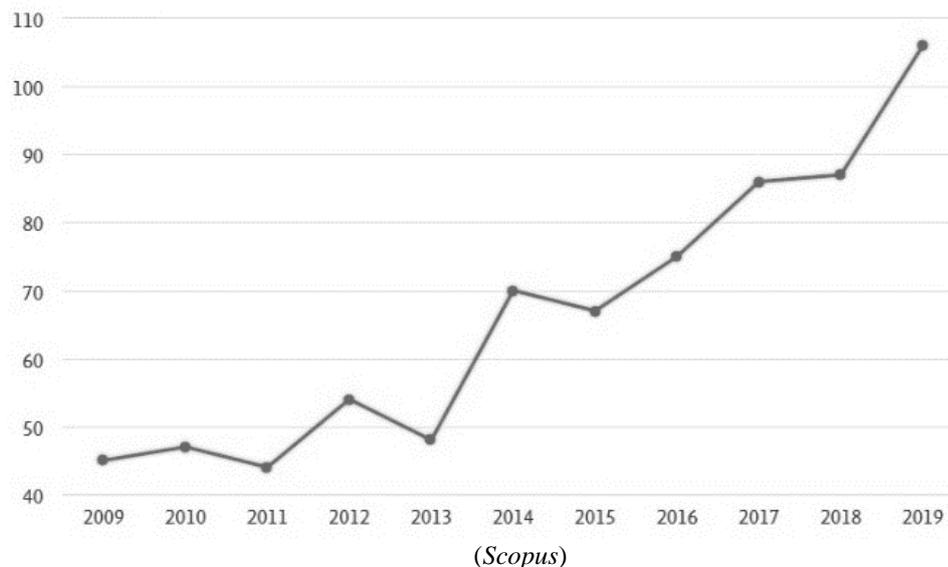
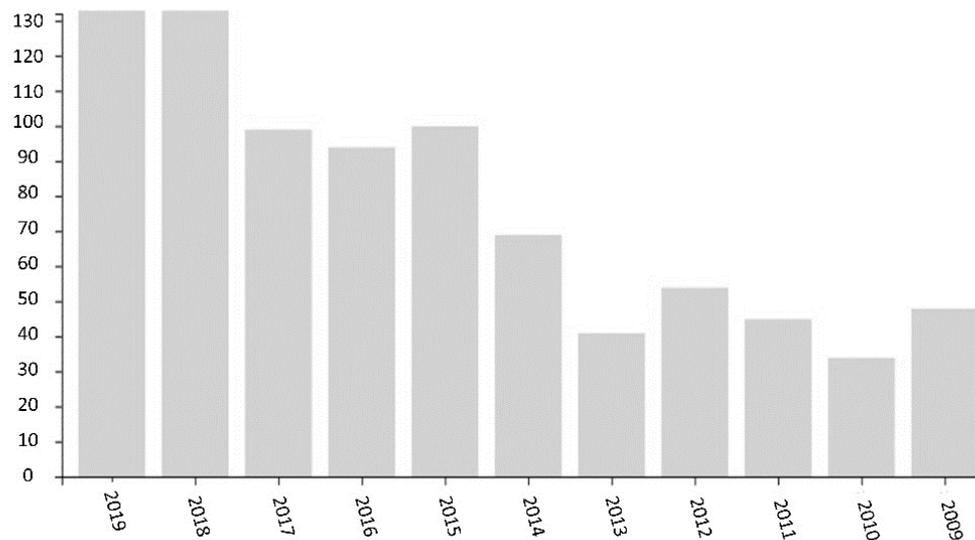


Figura 5: Publicações/ano

Fonte: (<https://www.scopus.com>); (<http://wcs.webofknowledge.com>), recuperado em 19 de maio, 2020.



(Web of Science)

Figura 5: Publicações/ano

Fonte: (<https://www.scopus.com>); (<http://wks.webofknowledge.com>), recuperado em 19 de maio, 2020.

Outra ferramenta das bases de dados é a indicação das revistas/*journals* que publicaram os artigos. Há concentração em números absolutos, sendo 20-14 artigos em cada um dos *journals* que mais publicaram (*Studies In Comparative International Development; Journal of Peace Research; World Development; Democratization*).

A partir daí, os resultados passaram a considerar a análise dos conteúdos apoiada, principalmente, pela leitura da introdução. Considerando os artigos da Etapa 7, identificaram-se categorias de estudo. O objetivo, nesse ponto da análise, foi entender quais aspectos das capacidades estatais provocam inquietações a ponto de se tornarem questões de pesquisa e quais assuntos associados à temática são desencadeados a partir do objetivo dos estudos. Assim, foram definidas 7 categorias como forma de reunir os temas tratados nos 74 trabalhos analisados (Tabela 3).

Tabela 3

Categorias dos estudos

Autore(s), ano de publicação do estudo	Categoria do estudo	Assuntos associados	Quantidade de estudos, percentual
Ore Koren e Anoop K. Sarbahi, 2018; Eduardo Dargent e Madai Urteaga, 2016; Otoabasi Akpan e Ubong Essien Umoh, 2016; Navin A. Bapat, Luis De la Calle, Kaisa H. Hinkkainen e Elena V. McLean, 2016; Nicola Gennaioli e Hans-Joachim Voth, 2015; Thomas O'Brien, 2015	Coercitiva	Guerra civil, ouro ilegal, terrorismo, segurança nacional, segurança internacional, Estado forte/fraco, construção da capacidade do Estado	6, 8%

Autore(s), ano de publicação do estudo	Categoria do estudo	Assuntos associados	Quantidade de estudos, percentual
Luma Neto do Nascimento, 2018; Oli Hellmann, 2018; Pablo Andrade e Esteban Nicholls, 2017; Cristina Zurbriggen e Emiliano Travieso, 2016; Yasmine Shamsie, 2014; Eli Diniz, 2013, Dhikru Adewale Yagboyaju e Adeoye O. Akinola, 2019, Merima Ali, Odd-Helge Fjeldstad, Boqian Jiang e Abdulaziz B. Shifa, 2018, Sebastian Dellepiane, Niamh Hardiman, George Pagoulatos e Spyros Blavoukos, 2018, Jorgen Moller, 2018, Mark Weatherall, Min-Hua Huang e Taehee Whang, 2018, Javier Osorio, Livia I. Schubiger e Michael Weintraub, 2018; María Claudia Augusto Meléndez, Eduardo Dargent Bocanegra e Stéphanie Rousseau, 2017; Lenka Bustikova e Cristina Corduneanu-Huci, 2017; Madai Urteaga Quispe, 2017; Jonson N. Porteux e Sunil Kim, 2016; Laura J. Enríquez e Simeon J. Newman, 2016; Gudrun Ostby, Henrik Urdal e Ida Rudolfsen, 2016; J. Durham, Marcos Michael, P. S. Hill e E. Paviignani, 2015; Francesca Refsum Jensenius e Pavithra Suryanarayan, 2015; Marília Silva Oliveira, 2015; Daniel Lambach, Eva Johais e Markus Bayer, 2015; Imke Harbers, 2015; Tuan-Hwee Sng e Chiaki Moriguchi, 2014; Sanjay Jain, Sumon Majumdar e Sharun Mukand, 2014; Park, S-H. e Wilding, M. A., 2014; Daniel M. Brinks, 2012; Deborah Gleeson, David Legge, Deirdre O'Neill e Monica Pfeffer, 2011; Jonathan Di John, 2010; Timothy Besley e Torsten Persson, 2009	Construção da capacidade do Estado	(In)capacidade do Estado, confiança, sociedade civil, níveis de capacidade entre Estados, combate à fome, conflitos armados, cooperação, saúde, educação, gênero, descentralização, tributos, mercado, desenvolvimento/crescimento, qualidade do governo, Estado forte/fraco, segurança, corrupção, regime político, contexto internacional/externo, autoridade, câmbio, regionalismo, diferenças étnicas, tipos de democracia, guerras, direitos de propriedade, transformação agrária, desigualdade, globalização, condições históricas, mortalidade infantil, governos subnacionais, cultura, repressão estatal, variação e mudança na capacidade, legitimidade, Estado de Direito, políticas públicas, relações de poder, assembleias/ conselhos, (sub)capacidades (legal, fiscal, burocrática/administrativa, coordenativa, institucional/ organizacional, política, coercitiva, econômica)	31, 42%
Jorge Atria, Andrés Biehl e José Tomás Labarca, 2019; Eduardo José Grin, Alex Bruno do Nascimento, Fernando Luiz Abrucio e Antônio Sérgio Araújo Fernandes, 2018; André Marenco, Maria Tereza Blanco Strohschoen e William Joner, 2017; Alisha C. Holland, 2015	Extratativa/ Fiscal	Eleições, cooperação, demografia, construção da capacidade do Estado, grupos de interesse, autoridade, desigualdade social, autonomia, transferências intergovernamentais, condições históricas, subcapacidade (burocrática/administrativa)	4, 5%
Marcus Mietzner, 2018; Daniel Walther, Johan Hellström e Torbjörn Bergman, 2018; Julián Arévalo Bencardinoa, 2018; Erik H. Wang e Yiqing Xu, 2018; Gilles SaintPaul, Davide Ticchi e Andrea Vindigni, 2016; Simone Dietrich e Michael Bernhard, 2016; Davide Grassi e Vincenzo Memoli, 2016; Hugh Ward, Xun Cao e Bumba Mukherjee, 2014; Jessica Fortin-Rittberger, 2012; Nicholas Charron e Victor Lapuente, 2011, Nicholas Charron e Victor Lapuente, 2010	Regime Político	Eleições, poder, democracia, autoritarismo, meio ambiente, comunismo, construção da capacidade do Estado, resistência, Estabilidade do governo, (in)capacidade, políticas públicas, qualidade do governo, subcapacidade (administrativa/burocrática, institucional, legal)	11, 15%

Autore(s), ano de publicação do estudo	Categoria do estudo	Assuntos associados	Quantidade de estudos, percentual
Darshan Vigmeswaran, 2019; Mariano I. Palamidessi, Jorge M. Gorostiaga e Claudio Suasnábar, 2014; Laszlo Bruszt e Nauro F. Campos, 2018; Jordan Kyle e Danielle Resnick, 2018; Mark Koyama, Chiaki Moriguchi e Tuan-Hwee Sng, 2017; Timothy Besley e Torsten Persson, 2010	Funções do Estado	Integração econômica, defesa, desenvolvimento, mercados, imigração, conflitos nacionais e internacionais, educação, instituições, tributos, regionalismo, prestação de serviços, transmissão de conhecimento	6, 8%
Enzo Ricardo Completa, 2016; Sebastián L. Mazzuca, 2012; Hillel David Soifer, 2012; Marcus J. Kurtz e Andrew Schrank, 2012	Teórico/ Conceitual	Níveis de capacidade, conceito, legitimidade, autoridade, construção da capacidade do Estado, efetividade, mensuração, (sub)capacidades (extrativa/ fiscal, coercitiva, administrativa/burocrática, institucional)	4, 5%
André Luis Rabelo Cardoso e André Marengo, 2019; Roberto Ricciuti, Antonio Savoia e Kunal Sen, 2019; Ciro Campos Christo Fernandes e Pedro Lucas de Moura Palotti, 2019; Johann N. Neem, 2019; Alexandre de Ávila Gomide e Ana Karine Pereira, 2018; Natália Guimarães Duarte Sátyro e Eleonora Schettini Martins Cunha, 2018; M. Niaz Asadullah e Antonio Savoia, 2018; Eduardo José Grin e Fernando Abrucio, 2018; André Marengo, 2017; Neusa Goya, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Ricardo José Soares Pontes, Fábio Solon Tajra e Ivana Cristina de Holanda Cunha Barreto, 2017; Celina Souza, 2017; Roberto Rocha Coelho Pires e Alexandre de Ávila Gomide, 2016	Burocrática/ Administrativa	Profissionalismo burocrático, combate à fome, capacidade institucional, governança, saúde, capital social, articulação, autoridade, meio ambiente, regionalização	12, 16%

Adentrando na análise dos locais estudados, a Tabela 4 diz respeito às regiões/países.

Tabela 4

Países e regiões estudados

País/Região	nº de estudos
África (Nigéria, Gana, Guiné Bissau, Tadjiquistão, Uganda, Chade, Somália, Libéria, Laos, Angola, África Subsaariana, África do Sul e região como um todo)	6
Europa (região como um todo)	4
Ásia (Nepal, Índia, Indonésia)	5
Ásia - Leste (China, Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong)	8
América Latina (México, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Haiti e região como um todo)	24
Oriente Médio (Iraque, Líbano, Geórgia, Afeganistão, região como um todo)	4
Brasil	15
Estados Unidos da América	1

Nota. Para os estudos que analisaram mais de 5 países, foi contado 1 estudo, considerando a região de forma a não distorcer a visualização das informações (3 artigos).

Além desses locais, houve trabalhos que analisaram dados globais, países em desenvolvimento, com mais de 50 anos, pós-comunistas e autoritários (11 artigos), além dos trabalhos teóricos e sem associação a lugar específico (11 artigos).

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que se refere à Figura 3, destaque para os fluxos em torno de *state capacity*. De forma geral, as relações e as trocas são expressivas e apresentam distribuição semelhante, porém pode ser observado um fluxo menos intenso e restrito na área inferior-direita dos gráficos, indicando menor fluxo nas palavras-chave associadas a: tributação, África subsaariana, conflito/guerra, África, democracia, assim como autores que aparecem de forma mais isolada, tais como: Fenske, J.; Skaperdas, S.; Collis, P.; Gao, J. Povitkina, M.; Raleigh, C.; DiJohn, J.; Wimmer, A.; Saylor, R; Peksen, D. Essa visualização direciona campos e autores que tratam da temática e que se apresentam de forma mais dispersa nos fluxos de informações.

Considerando a produção dos autores ao longo do tempo, entre os 20 que mais publicaram, os mais citados foram: Besley, T. e Persson, T. com, aproximadamente, 40 citações cada em 2009-2010; e Hendrix, C. R. com, aproximadamente, 20 citações em 2010. No bloco (a), em que a base *Scopus* permite a análise do período de 10 anos em gráfico único, apenas 3 autores apresentam uma linha de tempo maior (7 anos contínuos): Kim S., King L. P. e Peksen D. No geral, não é significativa a permanência de autores que publicam sobre a temática, o que indica descontinuidade nas pesquisas.

De forma geral, a análise da estrutura social não apresenta significativa integração entre estudos. As pesquisas estão dispersas, o que é reforçado pela falta de expressiva colaboração entre autores de países diferentes e redes de colaboração, dificultando a associação entre os resultados das pesquisas e melhores direcionamentos em termos de contribuição científica para o estudo da temática como um todo.

Os mapas da Figura 4 mostram o desenvolvimento do campo como um todo a partir do multiplicar de novos temas. Principalmente, nos blocos da *Web of Science*, há indicação de uma maior dispersão dos temas. Isso sugere diversidade para a compreensão de Capacidade Estatal na busca por novos embasamentos, contornos e perspectivas de pesquisa que, conseqüentemente, têm ampliado a complexidade de se estudar a temática. No bloco (c), por exemplo, a capacidade estatal é decomposta em instituições e crescimento, sendo esse também formado por políticas.

A ferramenta nuvem de palavras forneceu “pistas” (que, na fase de análise de conteúdo, foram confirmadas) dos assuntos e subcategorias da capacidade estatal (à exceção de “China”, que não se confirmou como destaque).

Quando a análise considerou as publicações/ano, a trajetória ascendente em direção a 2019 indicou maior interesse pela temática, comprovando a importância dada ao tema nos estudos recentes, tendo como pico de produção os anos 2019 (*Scopus*) e 2018-2019 (*Web of Science*).

O salto significativo no ano 2000 reflete a observação de Zurbriggen & Travieso (2016), quando os autores mencionam que, nos anos de 1990, passou-se a confirmar a importância do Estado para construção da qualidade de vida da sociedade. A partir da esfera pública, podem ser gerados mecanismos de melhorias nas funções e resolução de problemas, bem como na mobilização e adaptação das instituições estatais em resposta aos problemas públicos, e na formulação, implementação, coordenação, monitoramento, avaliação e prestação de contas de todo um sistema de governança.

Apesar de haver uma concentração em números absolutos nos *journals* que mais publicaram (20-14), quando analisado pela lente dos percentuais, esse número representa 3-2% em cada *journal*. Isso mostra que não há uma concentração significativa de revistas que publicam o tema.

Na fase de análise de conteúdo, a definição das categorias partiu de Cingolani *et al.* (2015) e Nascimento (2018) que, em uma visão geral da temática, mencionaram três dimensões fundamentais da capacidade do Estado: i) capacidades burocráticas (ou administrativas) de fornecer bens públicos estáveis por meio de uma burocracia autônoma, ii) capacidade do poder coercitivo de manter a ordem e evitar conflitos, e iii) capacidade extrativa ou fiscal dos Estados de centralizar o poder e fornecer outros bens públicos socialmente desejáveis.

No entanto, foram identificados trabalhos que não se enquadraram em nenhuma dessas três categorias. Assim, novas categorias foram incluídas, especificamente, aquelas que tinham como foco analisar regime político ou democracia/autoritarismo (Regime Político) e que abordaram a Capacidade Estatal em uma estrutura teórica (Teórico/ Conceitual).

Duas outras categorias se revelaram significativas: Construção da Capacidade do Estado e Funções do Estado. A primeira considerou os trabalhos que tratam algum elemento da capacidade do Estado de forma a apresentar ligações entre diferentes tipos de capacidades/habilidades, as quais o Estado precisa desenvolver para que determinados resultados ocorram, ou para que se tenha capacidade mais forte/melhor, ou para que se obtenha um certo nível de capacidade, ou indicadores de qualidade do governo. Os trabalhos contemplam a complexidade na formação da capacidade como um processo de construção de um conjunto de condições a serem alcançadas pelo Estado. Já a segunda, Funções do Estado, diz respeito aos artigos que têm como proposta pesquisar determinado aspecto como algo que o Estado deve (ou não) oferecer à sociedade que governa, sendo a análise dessa função o ponto central.

A categoria Construção da Capacidade do Estado foi destaque em quantidade de trabalhos. Isso mostrou inquietação para conhecer elementos que estão associados a essa construção, o que evidencia complexidade na compreensão da Capacidade Estatal, conforme também observado no mapa da evolução temática (Figura 4). Os trabalhos apresentaram um amplo horizonte de temas associados e, de forma geral, buscam compreender elementos que permitam medir e/ou comparar a capacidade estatal entre regiões e/ou identificar elementos que tornam as (sub)capacidades mais fortes/efetivas. Considerando que o Estado/União tem sido o foco das pesquisas, destacou-se também a preocupação (ainda que inicial) com assuntos que consideram a descentralização e os governos subnacionais.

A categoria Burocrática/Administrativa apresentou o segundo maior percentual, indo ao encontro da importância que tem sido dada à dimensão. Essa categoria se destaca entre as demais, já que todas as capacidades do Estado são perpassadas pelas capacidades burocráticas, logo, essa é uma dimensão essencial (Sátyro, Cunha & Campos, 2016). Para o Estado tributar, criar leis/regulamentos, garantir adesão/adequação às normas e ofertar os bens públicos, é necessário que tenha a seu dispor profissionais dispostos a executar a coerção, tomar decisões, cumprir regulamentos e ater-se a procedimentos e leis (Marengo, 2017). A combinação de profissionalismo burocrático altamente profissionalizado e coordenado eleva as capacidades (Pires & Gomide, 2016).

De forma geral, os trabalhos nessa categoria procuraram estudar aspectos do profissionalismo, da capacidade administrativa e da efetividade da administração pública em entregar serviços e produtos públicos em variados contextos (temas associados apresentados na Tabela 3).

Analisando a coluna dos assuntos associados às categorias (Tabela 3), nota-se a variedade de elementos pesquisados, o que mais uma vez reforça a complexidade relacionada à temática. Os assuntos são abordados por diferentes perspectivas categóricas e se repetem entre elas, sugerindo uma rede entrelaçada entre os elementos que compõem, indicam e permitem desenvolver determinadas (sub)capacidades (legal, fiscal,

administrativa/burocrática, coordenativa, institucional/organizacional, política, coercitiva, econômica) para alcançar resultados (desenvolvimento, confiança da sociedade, qualidade e nível de governo) nas mais diversas áreas (saúde, educação, segurança, relações internacionais, eleições, meio ambiente, alimentação, controle, tributos, dentre outras). Essa diversidade sugere que o campo está aberto a “n” direções, havendo vasto leque de opções de análise, mas sem elementos que estejam pré-determinados como fontes fundamentais para as pesquisas.

Os achados de Saguin, Tan e Goyal (2018) apontam nesse sentido. A discussão parece ser diversa e não tem estabelecido regras/normas a serem aplicadas universalmente, tornando desafiador o entendimento (unificador) da capacidade. A multiplicidade e a heterogeneidade de conceitos tornam os estudos fragmentados, sendo necessário descompactar as inter-relações, interações e interdependências das diferentes (sub)capacidades/dimensões/domínios para se chegar a uma melhor compreensão da Capacidade do Estado.

De forma geral, quando o assunto é o conceito, as pesquisas convergem para uma capacidade estatal que compreenda perspectivas abrangentes em formato multidimensional. Conforme Hanagan e Tilly (2010), há uma via de “mão dupla”. Essa condição torna a capacidade causa e consequência e faz com que as capacidades sejam influenciadas por vários e distintos elementos, ao mesmo tempo que por elas também são influenciados.

Chama a atenção apenas um trabalho dos Estados Unidos da América (onde a maioria dos artigos foi publicada: *Scopus* 40%; *Web of Science* 40% – Etapa 4^{xii}). A categoria abordada foi Administrativa/Burocrática e o assunto de ênfase tratou do capital social local, não tendo sido essa discussão abordada em outros estudos.

Outro aspecto é que, proporcionalmente ao número de países de cada região, a América Latina se destaca com maioria (39 no total – América Latina: 24; Brasil: 15). Conforme Quispe (2017), a América Latina, apesar da experiência colonial comum e do turbulento processo de independência/dependência, se caracteriza como região com estados de capacidade intermediária, havendo variação significativa em seu interior: estados fracos (como Bolívia, Equador e Peru) coexistem com estados fortes (como Chile e Uruguai). Essa heterogeneidade permite explorar suas causas, consequências e comparações. Outros autores também mencionam características da região que geram interesse: capacidades estatais fracas, baixa capacidade de tributação, períodos com governos de direita/esquerda e influência de grupos sociais poderosos (Grassi & Menolli, 2016). Além disso, pesquisas da região ainda são limitadas quanto a entender que há uma relação entre o Estado, o regime democrático, as alterações econômicas e as necessidades sociais (Zurbriggen & Travieso, 2016).

Considerando as categorias e os locais de pesquisa, na Extrativa/fiscal, todas analisaram a América Latina. Na categoria Burocrática/Administrativa, 75% dos trabalhos pesquisaram o Brasil e, desses, 42% abordaram o contexto municipal. De forma geral, nas demais categorias, foram diversos os países/regiões estudados.

No Brasil, a Constituição de 1988 descentralizou a política e transferiu receitas, responsabilidades e autoridade administrativa, fiscal e política para governos subnacionais. Houve ainda ampliação de autoridade e de responsabilidades políticas e administrativas para os governos locais, promovendo maior taxa própria e aumento das transferências constitucionais da União e dos Estados para os municípios. Como consequência, ocorreu a municipalização de serviços, tendo sido atribuídas aos municípios maiores responsabilidades na promoção do desenvolvimento local e de bens públicos (Grin, Nascimento, Abrúcio, & Fernandes, 2018; Marengo *et al.*, 2017).

Com os três entes federados (União, estados e municípios) em posição de contribuir com a prestação de serviços para a sociedade, emergiu o interesse pela análise das capacidades estatais em nível subnacional. De acordo com Gomes *et al.* (2017), embora o

conceito de capacidades estatais tenha sido, inicialmente, associado à existência de atributos do Estado (como um todo), a temática tem se mostrado também apropriada à análise de entes federados autônomos, como estados e municípios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem debatido sobre a importância do Estado no desenvolvimento e qualidade de vida e sua capacidade de prover os serviços necessários à melhoria de vida da população. Nesse sentido, têm sido apontados vários elementos para entender Estado e desenvolvimento.

Analisando o período de 2009-2019, verificou-se que as pesquisas abrangeram diversas regiões do mundo e puderam ser organizadas em sete categorias que se entrecruzam (Coercitiva; Burocrática/Administrativa; Extrativa/ Fiscal; Funções do Estado; Regime Político; Construção da Capacidade do Estado; Teórica/Conceitual). Os resultados mostram que o campo de estudo está propício a novos conceitos e associações em uma diversidade de abordagens e objetos de análise.

A temática tem avançado em identificar elementos associados às capacidades em si, (sub)capacidades e níveis de capacidade. Há ainda um direcionamento da capacidade estatal composta por várias dimensões, tais como, coercitiva/militar, fiscal, administrativa/burocrática, transformativa, territorial, legal, política, institucional/relacional e técnica.

Entretanto, há limitações para avanços mais significativos no entendimento, direções de análises e aplicação prática dos resultados das pesquisas. Isso pode estar associado à falta de estrutura das redes de colaboração, coautoria entre países e continuidade nas pesquisas.

Como contribuições, as categorias e os assuntos associados auxiliam no conhecimento de como as (sub)capacidades compõem a capacidade como um todo e sob quais elementos têm sido analisadas, o que pode proporcionar melhor entendimento dos aspectos a serem considerados nas pesquisas conforme cada (sub)capacidade e tipo de atendimento de necessidade que se espera do Estado. Esses estudos, por sua vez, podem contribuir em apontar limites na gestão do Estado e melhores práticas de atendimento à sociedade.

Como limites deste estudo, aponta-se a necessidade de quebra na extração dos dados na base *Web of Science*, o que impediu um horizonte de comparação único para o período de tempo considerado. Outro limite diz respeito à escolha por dados apenas de artigos de periódicos científicos.

Para pesquisas futuras, sugere-se (i) reduzir a quantidade de documentos, utilizando-se os filtros de busca e/ou reduzindo o período de análise (de forma evitar/reduzir os limites), (ii) realizar análises ano a ano para comparar e visualizar tendências e (iii) focar em determinadas categorias/dimensões para estudar elementos específicos da atuação do Estado.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. F., & Alvarenga, L. (2011). A bibliometria na pesquisa científica da Pós-Graduação brasileira de 1987 a 2007. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 16(31), 51-70. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51>. <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p51>
- Besley, T., & Persson, T. (2010). State Capacity, Conflict and Development. *Econometrica*, 78 (1), 1-34. Recuperado de http://sticerd.lse.ac.uk/_new/publications/series.asp?prog=EOPP

- Bufrem, L., & Prates, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Revista IBICT: Ciência da Informação*, 34(2), 9-25. Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1086>
- Cardoso, A. L. R., & Marenco, A. (2019). Qualidade Burocrática e Performance Estatal: Desvendando a caixa preta do município. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(4). Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351560525001>
- Cingolani, L., Thomsson, K., & Crombrughe D. (2015). Minding Weber More Than Ever? The Impacts of State Capacity and Bureaucratic Autonomy on Development Goals. *World Development*, 72, 191–207. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X15000492>. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.02.016>
- Gomes, M. D. L., Ferreira, P. A., & Amâncio, J. M. (2017). Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática. *Sociedade e Cultura*, 20(01), 83-104. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/51065>. <http://dx.doi.org/10.5216/sec.v20i1.51065>
- Gomide, A. A. (2016) Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In: A. A. Gomide & R. R. Boschi, (Eds.). *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada* (Cap. 1, pp. 15-50). Brasília: Ipea.
- Grassi, D., & Menoli, V. (2015). Democracy, political partisanship, and state capacity in Latin America. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 46(1), 47–69. Recuperado de <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/NJRZ7I>. <http://dx.doi.org/10.1017/ipo.2015.25>
- Grin, E. J., Nascimento, A. B., Abrucio, F. L., & Fernandes, A. S. A. (2018). Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76), 312-336. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/75417>. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75417>
- Hanagan, M., & Tilly, C. (2010). Cities, states, trust, and rule: new departures from the work of Charles Tilly. *Teoria e Sociedade*, 39[Edição: 3-4 Edição especial], 245-263. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-010-9118-0>. <http://dx.doi.org/10.1007/s11186-010-9118-0>
- Howlett, M., & Ramesh, M. (2015). Achilles' heels of governance: Critical capacity deficits and their role in governance failures. *Regulation & Governance*, 10, 01-13. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/rego.12091>. <http://dx.doi.org/10.1111/rego.12091>
- Hurtado, R. B., Carpes, C. E. P., Inomata, D. O., & Rados, G. J. V. (2012). Aproximações entre gestão do conhecimento e processos de negócios: Uma revisão de literatura a partir do mapeamento dos artigos mais citados na ISI *Web of Science*. *Gestão da produção, operações e sistemas*, 7(3), 57-74. Recuperado de https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=zVWQrtQAAAJ&citation_for_view=zVWQrtQAAAJ:R3hNpaxXUhUC. <http://dx.doi.org/10.15675/gepros.v7i3.636>
- Marenco, A. (2017). Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. *Revista de Ciências Sociais*, 60(4), 1025-1058. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/dados/a/nscxmGGkMYvjgPJ9NCY8tZk/abstract/?lang=pt>. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017141>

- Marengo, A., Strohschoen, M.T. B., & Joner, W. (2017). Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/j4KRBJwzRzmHGNWfS8CSh8w/abstract/?lang=pt>. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), 03-21. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256401>
- Nascimento, L. M. do. (2018). Mais capacidade estatal, menos corrupção? Uma análise para a América Latina (1996-2015). *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 95-120. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/65284>. <http://dx.doi.org/10.1590/1678987318266806>
- Pires, R. R. C., & Gomide, A. de A. (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, 24(58), 121-143. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/L3fXLK7DBfmxRf9jB6dmrSc/?lang=pt>. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245806>
- Quispe, M. U. (2017). La desigual capacidad del Estado en América Latina Análisis de sus fundamentos históricos. *Política y Gobierno*, 24(2), 435-457. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60352761007>
- Saguin, K., Tan, S. Y., & Goyal, N. (2018). Mapping scientific research on policy capacity: A bibliometric analysis and qualitative framework synthesis. [Paper prepared for the International Workshop on Public Policy]. University of Pittsburgh, Pittsburgh. Recuperado de <http://www.ippapublicpolicy.org/file/paper/5b2bc6e22141c.pdf>
- Santos, R. N. M., & Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 2(1), 155-172. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089>
- Sátyro, N. G. D., Cunha, E. S. M., Campos, J. (2016). Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política. *Opinião Pública*, 22(2), 286-317. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/op/a/rmJy43xWsLLQp7jGr7V9RBH/abstract/?lang=pt>. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222286>
- Silva, M. R., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para os especialistas que atuam no campo. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2(1), 110-129. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129>
- Soares, S. V., Picolli, I. R. A., & Casagrande, J. L. (2018). Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(02), 308-339. Recuperado de <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/970>. <http://dx.doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.970>
- Spinak, E. (1996). *Diccionario enciclopédico de bibliometría, cientometría e infometría*. Montevideo: Unesco.
- Van Leeuwen, T. (2006). The application of bibliometric analyses in the evaluation of social science research: Who benefits from it, and why it is still feasible. *Scientometrics*, 66(1), 133-134. Recuperado de <https://akjournals.com/view/journals/11192/66/1/article-p133.xml>. <https://doi.org/10.1007/s11192-006-0010-7>
- Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria a webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Revista IBICT Ciência da Informação* [edição Especial Suplementar, Anais da ConFoa –

10ª Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta], 31(2), 152-162. Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/970>

Zurbriggen, C., & Travieso, E. (2016). Hacia un nuevo Estado desarrollista: desafíos para América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, 24(37), 259-281. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532016000100011. <http://dx.doi.org/10.18504/pl2447-004-2016>

NOTAS

ⁱ Foram utilizados filtros diferentes entre as bases, pois a *Web of Science* não permite seleção de Ciências Sociais a partir da escolha da “principal coleção do *Web of Science*”, opção necessária para utilização do web-base app).

ⁱⁱ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81, recuperado 22 de maio, 2019.

ⁱⁱⁱ SCOPUS, <https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>, recuperado em 24 de maio, 2020.

^{iv} (<http://wcs.webofknowledge.com>, recuperado em 19 de maio, 2020). Considerando os filtros: 2009-2019, artigos, Ciências Sociais.

^v (<http://wcs.webofknowledge.com>; <https://www.scopus.com>, recuperado em 15 de novembro, 2019).

^{vi} (<http://wcs.webofknowledge.com>; <https://www.scopus.com>, recuperado em 15 de novembro, 2019).

^{vii} (<http://wcs.webofknowledge.com>; <https://www.scopus.com>, recuperado em 19 de maio, 2020).

^{viii} (<http://wcs.webofknowledge.com>; <https://www.scopus.com>, recuperado em 19 de maio, 2020).

^{ix} (<http://wcs.webofknowledge.com>; <https://www.scopus.com>, recuperado em 19 de maio, 2020). Os dados inicialmente foram consultados em 15/11/2019 e atualizados em 19/05/2020.

^x (<https://www.scopus.com>; <http://wcs.webofknowledge.com>, recuperado em 19 de maio, 2020). Os dados inicialmente foram consultados em 21/11/2019 e atualizados em 19/05/2020.

^{xi} Para mais informações: <http://www.bibliometrix.org/>

^{xii} (<https://www.scopus.com>; <http://wcs.webofknowledge.com>, recuperado em 17 de fevereiro, 2021). Os dados inicialmente foram consultados em 21/11/2019 e atualizados em 17/02/2021.

State Capacity: Bibliometrics of Publications in the Period 2009-2019

ABSTRACT

Objective: In the late 1980s, the attributes of the State were seen as fundamental requirements for quality of life, constituting its State Capacity. Through analysis of research on the subject, it is possible to better understand how studies have been developed. The objective of this work was to know the panorama of publications on the theme State Capacity, in the Period 2009-2019, in the Web of Science and Scopus databases

Method: We carried out a bibliometrics/scientometrics considering the publications between the period 2009-2019 in eight stages of analysis, defining and identifying: database, search filters, authors and most cited terms, references, cooperation between authors, place of research and emergence of new expressions. Also, was used the web-based app Bibliometrix to expand the analysis.

Originality/Relevance: Combines both the quantitative aspects of publications dealing with the theme State Capacity and the content aspects, seeking a comprehensive analysis, under the logic of multiple paradigms.

Results: It was possible to identify seven categories of studies in specific areas of State Capacity. The analysis showed that the theme is under development, with a multiplicity of concepts and approaches, with the emergence of new areas as a research focus. The studies converge to a perspective of the State's capacity as multidimensional, formed by (sub)capacities, which represent the varied possibilities of government action.

Theoretical/Methodological contributions: It shows the focus (categories) of the research, the subjects associated with the study proposals, the locations studied, as well as the collaboration networks, and the publication flows of the authors.

Keywords: State Capacity; multidimensional; bibliometrics; scientometry.

Roseane Grossi Silva 

Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
rosegrossi@yahoo.com.br

Valdir Machado Valadão Júnior 

Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
valdirjr@ufu.br

Victor Vieira Silva 

Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
silva.victor@aol.com

Alécio Henrique Dantas 

Universidade Federal de Uberlândia, Minas
Gerais, Brasil
alecio@ufu.br

Received: April 1, 2021

Revised: January 31, 2022

Accepted: January 31, 2022

Published: April 30, 2022

